



*“A nossa cidadania depende diretamente da nossa capacidade de indignação. Esta, por sua vez, só se concretiza a partir do exercício permanente da perplexidade” .  
Helena Greco*

***H***elena Greco nos deixou, no dia 27 de julho, partindo desse mundo para alcançar outras constelações. Deixou um legado sintonizado com uma visão de mundo onde o respeito à vida e a diversidade humana é um objetivo que sempre devemos alcançar.

***Agora, como herdeiros desta grande trajetória de vida, temos a responsabilidade e a missão de continuar a propagar a essência de seu pensamento e de suas ações. Ousar lutar, ousar vencer! Helena Greco! Sempre presente!***

## EDITORIAL

### **A Tonga da Mironga do Cabuletê**

“Esquerda e direita no Brasil são adeptas do social-liberalismo, não só na ortodoxia econômica, como nas relações políticas”.

**Página 02**

## MUDANÇA NA LEI

### **Protógenes contra os corruptos**

Lei contra crime de “colarinho branco” muda, garantindo o fim da impunidade.

**Página 04**

## POR ONDE ANDAM?

### **Patrus, Olívio e Almino**

Brasil sente falta de bons políticos. Saiba o que andam fazendo alguns desses homens da vida pública.

**Página 11**

# A TONGA DA MIRONGA DO CABULETÊ

Raquel Pinhão



**Cláudio Vilaça, presidente da AJOSP**

Muito barulho por nada. Não é por falta de iniciativa do parlamento brasileiro que realmente existe vontade política para por o fim na corrupção, ao menos tentar criar leis mais duras contra os corruptos pátrios. No recente relatório divulgado pela FRENTE PARLAMENTAR FEDERAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO foi revelado que existem nada menos que 116 projetos de leis sobre o assunto, muitos tramitam no Congresso, há mais de dez anos.

Situação semelhante ocorre na Assembléia Legislativa mineira com a audiência pública requerida pela deputada Liza Prado que iria debater a o endividamento dos servidores públicos e a oferta de cartões de crédito com desconto em folha. Há quatro meses um documento assinado por seis entidades representativas dos servidores públicos foi entregue para a deputada, para os devidos encaminhamentos, mas foi desmerecido e por fim recebeu o tradicional tratamento de “embargos de gaveta”.

Recebemos do coordenador do *Bloco Minas Sem Censura* o seguinte: “A CEMIG está completamente

‘dominada’ pelo projeto pessoal de poder de Aécio Neves”. A empresa Andrade Gutierrez já possui 32,96% do capital social votante da empresa, contra 50,96% do governo de Minas, mas quem manda, de fato é ela.

Em 1999, Itamar Franco “peitou” a AES e a colocou para fora das decisões reais da CEMIG. Como se sabe, o BNDES, credor da canadense AES ganhou na justiça o “sequestro” dos dividendos que seriam pagos à canadense, como forma de obrigá-la a quitar o empréstimo feito à época das privatizações do governo FHC. Mas com o aval do governo federal, que poderia ter continuado acionista da lucrativa CEMIG, a Andrade Gutierrez “assumiu” a dívida da AES emitindo debêntures e agora é acionista da CEMIG.

O resumo da ópera é o seguinte: O esquema do PSDB em Minas traiu a memória do combativo ex-governador Itamar. Foi oportunista porque consolidou a privatização da CEMIG, aproveitando o afastamento de Itamar no cenário político. E nem bem suas cinzas baixaram à sepultura, em Juiz de Fora, no último dia 1º de agosto foi assinado o tal acordo. Agora, caro leitor resta saber se, somado a esse episódio, mais a entrega de bandeja das eleições municipais de 2008, em Belo Horizonte, ao PSDB, e o misterioso contrato assinado em dezembro de 2009 entre o Banco do Brasil (PT) e o Estado de Minas Gerais (PSDB) que jorrou nos cofres públicos do Estado R\$1,3 bilhões, será que realmente existe em Minas Gerais uma oposição coesa,

firme e verdadeira entre a cúpula do PT mineiro de Reginaldo Lopes e o PSDB.

Na verdade, são esses fatos que nos leva a crer que esquerda e direita no Brasil são adeptas do social-liberalismo, não só na ortodoxia econômica, como nas relações políticas. Ambos comungam dos mesmos objetivos: administrar o capitalismo brasileiro para salvaguardar os interesses dos mais ricos. O resto, se der, eles tentam resolver, minimizar sofrimentos.

O movimento social pode estar junto em muitas coisas, mas no essencial está sozinho. Não devemos aceitar o colaboracionismo de classes e a traição aos objetivos que fizeram de Lula presidente por duas vezes e de Dilma, a primeira mulher na presidência do Brasil.

Perto de completar dez anos de governo do PT, PSB, PDT e PCdoB, a Reforma Agrária ainda não é realidade. Isso já é o suficiente para acreditar que, se não foram os paradigmas da esquerda que mudaram, foi o poder que os corrompeu.

Assim, concluímos a “Tese Rodriguiana” de que são sempre os idiotas que mandam, que influem, que decidem e que estão no poder. Isso aqui, ou em qualquer outro país, ou idioma. Mas não vou esgotar aqui um tema, que exigiria um ensaio de oitocentas páginas (daí para mais). O que importa notar é que estão acontecendo coisas no mundo, que são “possíveis” porque vivemos na mais idiota das épocas.

## EXPEDIENTE

**Informativo da Associação dos Jornalistas do Serviço Público - AJOSP - Fundada em 1978**

Rua Espírito Santo, 1204 Sl. 1203, Centro, Belo Horizonte, MG – CEP: 30160-031 - Tel: (31) 3224-6728

email: presidencia@ajosp.org.br - Site: www.ajosp.org.br

### Diretoria Executiva

**Presidente:** Cláudio Vilaça  
**Vice-presidente:** Rui Honorato da Silva  
**Secretário:** José Ênio Silva

**2º Tesoureiro:** Saulo Salgado da Fonseca (In memoriam)

### Comissão de Contas

Lucélio Gomes  
Joana Darc de Lima  
Terezinho Antônio Jesus

**Tiragem: 15.000**

### Assessor de Imprensa

Jorge Paulo de Souza

### Conselho Editorial

Sérgio Neves  
Geraldo Elisio

### Projeto Gráfico e Diagramação

Cinara Patrícia



## “FICHA LIMPA” MINEIRO NÃO VALE PARA DANILO DE CASTRO

*Aécio Neves cria cada vez mais constrangimentos para Anastasia*

O governador Anastasia ao não aplicar indiscriminadamente o Decreto da “Ficha Limpa Estadual”, transformou-se em uma espécie de “Parsagada”, do escritor Manoel Bandeira, onde o amigo do Rei tudo pode. O governo mineiro fez um enorme estardalhaço em toda mídia nacional, informando que Minas Gerais saía na frente na austeridade e implantação de uma administração rígida, que não admitia em seus quadros a presença de dirigentes condenados ou envolvidos em “roubalheiras” do dinheiro público. Porém a propaganda austeridade mostrou ser apenas uma peça de uma campanha publicitária. Durou muito pouco. Não foi capaz de impor-se ao amigo do Rei. Demonstrando que jamais foi interesse do governo contrariar seus aliados políticos.

Minas Gerais, com este comportamento, inaugurou uma prática até então restrita apenas ao Estado do Rio de Janeiro, onde criminosos e contraventores ocupam espaço no governo estadual em troca da cooperação de seus grupos oligárquicos. A alegação é: “para eles não atrapalharem o governo”.

Danilo de Castro é processado em mais de uma dezena de ações e condenado pelo Tribunal de Contas da União, encontra-se inelegível e impedido de disputar eleição. Porém pode tranquilamente exercer o importante cargo de Secretário de Governo do Estado de Minas Gerais.

Foi convocada uma reunião há dois meses com a presença de

Anastasia e seu vice para informar a Danilo sua saída do governo. O “Ficha Suja”, percebendo a ausência de defesa do vice-governador Alberto Pinto Coelho, disse-lhe: “Você não tem moral para pedir minha saída”, enumerando o envolvimento de Pinto Coelho em diversos escândalos. Na presença de seu filho e totalmente descontrolado, Danilo ameaçou abrir a boca.

“Seria importante para Minas tomar conhecimento do que Danilo de Castro ameaçou revelar. Porém o governador optou por não correr o risco”. Informa um de seus assessores. “Encerando a conversa mandando entrar o deputado estadual João Leite, para discutir a sucessão de 2012 em Belo Horizonte”.

Outrora, Minas não imaginaria nem em sonho, que presenciaria a Polícia Federal (PF) adentrar um de seus Poderes para colher provas de corrupção de um de seus integrantes. Conduzindo-o coercitivamente à Brasília, como um criminoso da magistratura mineira que recentemente visitou as dependências da PF na capital federal.

Para infelicidade e tristeza do povo mineiro, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais esta situação já virou praxe. A presença da Polícia Federal nos gabinetes dos deputados procurando provas de crimes e prendendo criminosos já não mais assusta.

Porém, o único Poder que faltava, o Governo de Minas, está prestes a passar por este constrangimento. A denúncia de um advogado, a qual o jornal virtual [novojournal.net](http://novojournal.net) teve acesso, já se



**Anastasia deixa claro seu desgosto por Danilo**

encontra em análise pela Polícia Federal, envolve Danilo de Castro em um gigantesco esquema de compra de sentenças de juízes e Desembargadores, além de pareceres de promotores junto ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Tudo financiado pela empresa Samarco.

Alguns políticos remanescentes da velha escola da política mineira, onde a honestidade independente de Decreto, era quesito básico para ocupar-se um cargo no governo mineiro, argumentam: “Ainda bem que a sede do Governo de Minas mudou-se do Palácio da Liberdade”. Mal sabem eles que a reunião anteriormente narrada ocorreu no Palácio da Liberdade, que sempre teve ouvidos.

“Novos tempos”, argumentam os jovens políticos. Fundamentados no sucesso de suas carreiras montadas em cima do marketing e com muito dinheiro. Resta saber se a sociedade mineira também mudou para estes “novos tempos”, ou está sendo obrigada a presenciar de cabeça baixa a passagem do Rei nú.

**Geraldo Elisio**

## DEPUTADO PROTÓGENES ENDURECE LEI CONTRA CORRUPOTOS

*Para o desespero dos larápios do dinheiro público crime de lavagem de dinheiro vai perder o tradicional prazo de prescrição*

Reprodução da Internet



**Deputado Protógenes mostra a que veio**

A Comissão de Segurança Pública aprovou, em julho passado, o relatório do deputado federal delegado Protógenes(PCdoB-SP) que muda a lei 9.613, de 1998, que trata do crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.

Hoje, a prescrição para estes crimes começa a contar da data quando o fato ocorre. O problema, segundo Protógenes, é que na maioria das vezes o delito só é descoberto muito

tempo depois, o que tem levado à prescrição do crime, ou seja, vence o prazo que a lei permite para a condenação do criminoso.

No relatório, Protógenes mudou a lei determinando que a prescrição só começa a contar a partir de quando a autoridade pública tomar conhecimento do crime.

A proposta foi aprovada por unanimidade e considerada pelos parlamentares um avanço no combate ao chamado crime do “colarinho branco”.

“Com a aprovação do relató-

rio, a Comissão de Segurança Pública pretende dar um basta à impunidade. A produção de provas para o crime de “lavagem” de dinheiro é muito complexa. Além disto, o tempo para se identificar este tipo de delito gira em torno de dois a três anos, o que tem gerado a impunidade na maioria dos casos, segundo o Conselho de Justiça Federal”, enfatizou o atuante deputado.

## POLÍCIA FEDERAL EXPÕE PODRIDÃO DENTRO DO TJMG

*Segundo a Polícia Republicana, desembargador Hécio Valentim foi afastado sob a suspeita de vender habeas corpus por valores que variavam entre R\$ 120 a R\$ 180 mil, ele teria colocado quatro traficantes em liberdade*

O desembargador Hécio Valentim de Andrade Filho, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), foi afastado do cargo por suspeita de participação em um esquema de venda de habeas corpus no Estado. Pelo valor que variava de R\$ 120 a R\$ 180 mil. Valentim teria negociado a liberdade de quatro traficantes, conforme investigação realizada pela Polícia Federal.

Um advogado envolvido no esquema protocolava o pedido de liberdade ao detento em um determinado plantão do TJMG, onde trabalhavam outros juízes. Por ser feito em regime de plantão, o requerimento solicitando habeas

corpus burlava a distribuição natural dos processos.

O advogado é o vereador de Oliveira, a 160 quilômetros de Belo Horizonte, Walquírio Avelar. Entre as pessoas envolvidas e procuradas estão quatro traficantes beneficiados com os habeas corpus vendidos. Dois estão foragidos. Entre os sete presos, além do vereador estão uma amante e uma filha de um detento envolvido, e o empresário do ramo de cachaça, Tancredo Rocha Tolentino, filho de um tio-avô do senador Aécio Neves (PSDB-MG).

Tolentino foi preso em Cláudio, cidade a 140 quilômetros de Belo

Reprodução da Internet



**A corrupção não é só uma particularidade dos maus políticos, a magistratura também tem seus problemas**

Horizonte, onde a família de Aécio possui uma fazenda. Segundo os “Manuais de Impunidade” existentes no Brasil, a pena mais pesada contra Valentim será a sua aposentadoria precoce.

## INQUÉRITO QUE INVESTIGA CONTRATO ENTRE BANCO DO BRASIL E ESTADO DE MINAS GERAIS JÁ POSSUIU 317 PÁGINAS



O Dr. Leandro, diretor geral da Polícia Federal, vai receber também uma cópia do inquérito

Diretores da AJOSP, juntamente com o presidente do Sindicato dos Servidores da Imprensa Oficial (SINDIOF), estiveram no dia 23 de agosto, na Promotoria de Defesa do Patrimônio Público para acompanhar investigação da promotora Elisabeth Cristina dos Reis Vilela, sobre o polêmico contrato da venda da folha de pagamento do Estado, assinado em 29 de dezembro de 2009 entre o Banco do Brasil e o Estado de Minas Gerais. A denúncia foi feita pela AJOSP, ASCON, UNSP, ASEM, ASPEMG, AFFEMG e SINDIOF, em junho de 2010.

Várias diligências já foram realizadas pelo Ministério Público, mas as respostas encaminhadas pelo Banco do Brasil, quanto pela Advocacia Geral do Estado ainda não foram analisadas pela promotoria.

Mas, uma análise preliminar de alguns documentos que constam nos autos chamaram a atenção dos dirigentes da AJOSP. Um deles é a não informação prestada pelo Estado no sistema SIAFI da quantia exata dos valores recebidos, em 2009,

por todos os poderes signatários do contrato, e as compensações feitas pelos repasses realizados em 2007, quando o Banco do Brasil “comprou” a folha de pagamento do Estado de Minas Gerais.

No contrato de 2009 consta o valor de R\$1.199.369.870,92 (Um bilhão, cento e noventa e nove milhões, trezentos e sessenta e nove mil, oitocentos e setenta e nove mil, noventa e dois centavos), mas o Estado diz ter recebido apenas R\$360 milhões, e que essa diferença seria por compensações feitas no contrato de 2007.

Nos autos do inquérito também não há nenhuma menção aos valores exatos repassados, e posteriormente devolvidos, ao Banco do Brasil pelo Ministério Público, a As-

sembléia Legislativa, o Tribunal de Contas e o Governo do Estado, pelo “pagamento” e “estorno” do chamado “crédito consignado exclusivo”, objeto principal do contrato de 2009, e que acabou sendo revogado após intervenção do PROCON do Ministério Público Estadual em abril do ano passado.

Alguns anexos que integram o contrato também não possuem assinatura de nenhuma das partes. Como o Banco do Brasil é uma sociedade anônima pública estatal, a direção da AJOSP decidiu enviar uma cópia de todo o inquérito com algumas considerações para a Polícia Federal em Brasília.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
17ª PJ DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

**Inquérito Civil n.º MPMG-0024.10.002041-1**

DATA DA INSTAURAÇÃO: 08/06/2010

RESPONSÁVEL PELA INSTAURAÇÃO: ELISABETH CRISTINA DOS REIS VILLELA

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

REPRESENTANTE(S): FRENTE CONTRA A DESTRUIÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE MINAS GERAIS

REPRESENTADO(S): BANCO DO BRASIL E O ESTADO DE MINAS GERAIS

ÁREA(S) DE ATUAÇÃO: PATRIMÔNIO PÚBLICO

NUMERAÇÃO ANTERIOR: 1460301

DESCRIÇÃO DO FATOS: Possível irregularidade no contrato celebrado pelo Banco do Brasil e o Estado de Minas Gerais para prestação de serviços financeiros

002410020411

Certifico que registrei estes autos no Sistema de Registro Único – SRU, assim como procedi à devida atuação. Eu, JACQUELINE DIAS DE FREITAS SCHAEFER, OFICIAL DO MINIST. PÚBLICO-QP, assino.

BELO HORIZONTE, 8 de junho de 2010.

JACQUELINE DIAS DE FREITAS SCHAEFER  
MAMP: 320200

**Inquérito  
foi  
instaurado  
em 8 de  
junho de  
2010**

## GOVERNO DE MINAS APOSTA OS BILHÕES DO FUNPEMG NA COMPRA DE TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA DA UNIÃO

*Anastasia esqueceu o macroprudencialismo do choque de gestão, vestiu uma camisa listrada e saiu por aí...*

Os recursos do Fundo de Previdência dos Servidores do Estado (FUNPEMG) já investiu cerca de R\$1,3 bilhões na compra de títulos da dívida pública do governo federal.

A utilização dos recursos do Fundo para compra de papéis da dívida pública da união é uma política nada prudencial do governo de Minas. Ao invés de utilizar esses recursos para aquecer a economia mineira, como por exemplo, criar linhas de financiamento público via BDMG para o setor produtivo em Minas, ou mesmo para o setor imobiliário - cujo déficit de moradia própria no Estado é enorme - preferiu a rigor arriscar no cassino

especulativo dos juros de títulos podres da dívida pública federal. O prazo para resgate só será em 2021, o que torna eminente a possibilidade de um futuro calote nas futuras aposentadorias e pensões dos servidores públicos do Estado, já que a União também é credora do Estado de Minas Gerais.

Uma proposta enviada pela AJOSP ao governador cujo projeto visava utilizar de forma responsável os recursos do FUNPEMG para financiar a casa própria para os servidores públicos através da criação de linhas de crédito imobiliário consignado em folha de pagamento foi praticamente engavetada.

A tese mais provável é que



Reprodução da Internet

**Mesmo com bilhões em caixa, falta mais ousadia e criatividade ao governador**

os bancos que mais faturam com endividamento dos servidores públicos no crédito consignado torceram o nariz para a proposta da AJOSP e o governo acabou abortando a ideia.

## APÓS DENÚNCIA DA AJOSP, IOMG CRIA COMISSÃO ESPECIAL PARA "LEVANTAR DADOS" REFERENTE AO CONTRATO COM A CARIOCA "SECURITY SOLUTIONS"

No último dia 23 de agosto, o ex-diretor geral da Imprensa Oficial (IOMG), Carlos Alberto Pavan Alvim, criou através da "Portaria 21" uma comissão especial para efetuar levantamento de dados relativo a contratação da empresa "Módulo Security Solutions S/A".

O objetivo, de acordo, com a publicação realizada em 24/08/2011 no diário Oficial, visa "levantar dados para identificar a situação atual de execução de produtos e serviços decorrentes dos contratos

celebrados com a empresa Módulo Security Solutions S/A".

O Ministério Público Estadual através da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público foi acionado pela AJOSP, no início de agosto, e prometeu instaurar o inquérito investigativo para apurar suposta irregularidade na contratação da empresa, principalmente nos que diz respeito à dispensa de licitação em 2008 e os aditivos posteriores à contratação.

O objeto foi firmado em 2008 durante a gestão do ex-diretor da

autarquia Francisco Pedalino Costa, no governo Aécio Neves, e os valores repassados a empresa somam R\$ 3.134.915,12 (Três milhões cento e trinta e quatro mil, novecentos e quinze reais e doze centavos).

A sede da "Security Solutions" fica na cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. Desde a última edição do jornal da AJOSP, em julho (quando foi publicada a denúncia) o site da empresa de tecnologia está fora do ar. O Sindicato dos Servidores da IOMG também pediu apuração do caso.

## SOCIEDADE JÁ “ESCALDADA” POR TANTA IMPUNIDADE PEDE FIM DO TRIBUNAL DE CONTAS

*Tese da “raposa que toma conta do galinheiro” já é de domínio público*

Reprodução da Internet



O TCE de Minas - a contragosto - leva o nome do grande Rui Barbosa

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais parece cada vez mais se esforçar em ser Tribunal Faz de Contas. Especializado em refúgio de políticos decadentes em busca de altos salários e dispostos a ver pulgas saltitantes e não enxergar obesos elefantes, brincando de integrar um Poder Judiciário ao qual não pertencem. Bastando como credencial primeira para integrá-lo alguns serviços anteriores prestados aos poderosos de plantão, nas esferas do Executivo ou do Legislativo, geralmente ocupados por ex-deputados e ex-prefeitos.

Não é, pois, sem razão que a sociedade civil organizada e os organismos internacionais pretendem o fim dos mesmos com a implantação de um órgão único, e, não colegiado, dotado de independência como tratar as mazelas que ali ocorrem em escala exponencial.

Os homens públicos brasileiros que

no presente não têm se diferenciado muito dos colegas de vida pública, ignoram ou fingem desconhecer o poder das mídias alternativas, principalmente as redes sociais, no âmbito do

Tribunal de Contas acreditando que “tudo está sob controle”, quando não é bem assim a situação.

Operosos e competentes servidores públicos da aérea técnica do órgão fazem a sua parte, apontando os desvios de recursos públicos, superfaturamento, improbidades, etc. Mas, as instâncias superiores que julgam os processos e pareceres põem todo esse trabalho a perder.

Pode até demorar um pouco, mas já se avizinha o dia em que tal comportamento ruirá e os nobres conselheiros, já sem poder político e acossados pela Polícia Federal terão de ir, sem respeito de absolutamente ninguém, chorar na cama que é lugar quente, obrigados a ouvir impropérios e diante deles se calar, por ter absoluta certeza de se tratar da verdade.

## VEREADOR ENCARA GUERRA CONTRA O CRACK

Engrossando as fileiras no combate às drogas, a Câmara Municipal de Belo Horizonte, por iniciativa do vereador Hugo Thomé (PMN), lançou a “Frente Parlamentar de Combate ao Crack”.

O vereador disse ao informativo AJOSP em seu gabinete que vai acompanhar o repasse de recursos públicos, fiscalizar e cobrar resultados de todas as políticas públicas de governo voltadas à entidades que visam à recuperação do dependente químico e do interno privado de liberdade.

Morador do centro, o vereador Hugo diz que quem circula pelo hipercentro de Belo Horizonte já constata que a situação é caótica. “É triste ver que entre os usuários de crack, a maioria são crianças, adolescentes e a população de rua”, constata o vereador.

Além dos setores políticos, o vereador quer envolver vários segmentos da sociedade civil, tais como comunidades terapêuticas, forças de segurança do Estado, Município, entidades civis e religiosas que atuam sobre o problema. O telefone do seu gabinete é o (31) 3555-1211.



Reprodução da Internet

## JUIZ DE PEDRO LEOPOLDO CONDENA CEMIG A PAGAR MULTA MILIONÁRIA PARA ADVOGADO

*Prejuízo a estatal mineira pode configurar omissão*

Uma decisão inédita do juiz de direito Geraldo Claret Arantes do Juizado Especial da Comarca da pequena Pedro Leopoldo (que fica a 30 km de Belo Horizonte) condenou a Cia. Energética de Minas Gerais (CEMIG) a pagar a quantia de R\$ 1.256 milhões ao advogado Flávio Toledo Pereira.

Segundo os autos do processo (021007042193-3), em junho de 2007, o advogado ajuizou uma ação indenizatória contra a companhia estatal alegando cobrança de valores indevidos que, segundo ele, na época já estariam quitados. Em fevereiro de 2008 a ação judicial foi julgada procedente pelo juiz Claret, e desde então, a CEMIG vinha descumprindo uma decisão liminar que fixou uma multa diária de R\$ 2 mil por descumprimento da sua decisão.

Passados quase quatro anos, desde o início do litígio judicial, e sem ter cumprido a liminar, no último dia 25 de julho o juiz Claret expediu nova ordem judicial, desta vez para que a CEMIG deposite em até 15 dias o valor da quantia milionária numa conta judicial, sob pena de realizar o bloqueio e a penhora na conta bancária da companhia.

### Multa

Para se chegar ao cálculo da quantia milionária estipulada, a CEMIG vinha cobrando indevidamente há mais de dois anos débitos que somavam o valor de quase

R\$ 4 mil relativo a um imóvel residencial alugado na época pelo advogado.

Após os valores pagos terem sido comprovados judicialmente pelo autor, foi feita uma planilha onde foi calculado o número de dias descumpridos em que a multa diária foi aplicada, tendo chegado ao final de julho a quantia estratosférica milionária.

Flávio Toledo Pereira possui também um escritório comercial que funciona no mesmo prédio do Juizado Especial, na Rua São Sebastião, no centro da cidade. No edifício "La Poveda" onde o juizado atende existem outras dezenas de escritórios de advocacia.

Ainda sobre o polêmico valor da multa aplicada, o Fórum dos Juizados Especiais (FONAJE), que orienta condutas a serem adotadas pelos juízes e todo país, não estipula um limite na aplicação delas por descumprimento de ordem judicial, embora devam ser razoavelmente fixadas pelo Juiz, obedecendo ao valor da obrigação principal, mais perdas e danos, atendidas as condições econômicas do devedor.

Neste caso, como o devedor é a CEMIG, o mais provável é que o juiz tenha entendido que a companhia estatal teria condições econômicas para pagá-la. Uma outra "opção" do juiz no caso, seria decretar a prisão dos diri-



**Juiz Claret era conhecido na cidade de Pedro Leopoldo por ser "implacável contra quem desobedece ordens judiciais"**

gentes da CEMIG por desobediência a uma ordem judicial. Mas no Brasil, esse tipo de recurso é muito pouco utilizado pelos juízes nos juizados especiais de relações de consumo, principalmente quando se trata de agentes públicos.

O escritório contratado pela CEMIG para fazer a defesa no processo é Jason Albergaria Advogados Associados, que funciona na Rua Alvarenga Pexioto, 683, próximo a sede da estatal no bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte. Segundo ainda informações do TJMG, o juiz que desde 2005 atua em Pedro Leopoldo deixou a comarca após publicação de sua remoção para Belo Horizonte, em agosto passado.

Diante dos fatos verídicos, fica clara a omissão no processo judicial e algumas dúvidas no ar: A quem interessa um prejuízo de mais de R\$ 1 milhão ao erário público, uma vez que a CEMIG é um empresa estatal? Quem deveria se responsabilizar pela omissão e o prejuízo causado à CEMIG? Com a palavra, o Ministério Público Estadual.



## MAIS OBRAS

O Governo de Minas anunciou, no último dia 05, a construção de um complexo centro cultural onde deverá abrigar sedes próprias da rádio Inconfidência e da Rede Minas de Televisão, além de uma sala para concertos

musicais. O local receberá o nome do ex-governador Itamar Franco.

A futura “Estação Cultural” será construída na região do Barro Preto, em Belo Horizonte. O local antes seria a sede do novo fórum do TJMG, embargado na época por problemas de superfaturamento na licitação da obra. A frente da Secretaria de Estado da Cultura está a comunicadora e gestora de política públicas **Eliane Parreiras**.



Reprodução da Internet



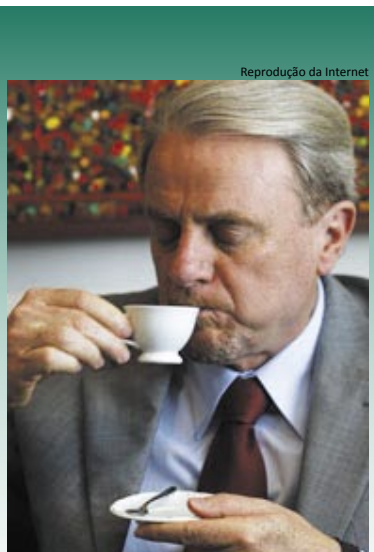
Reprodução da Internet

## MULTA

Por falar em Rede Minas, o governo ainda não sabe como pagará a multa de R\$ 3,8 milhões por descumprimento de um “Termo de Ajustamento de Conduta” firmado com o Ministério Público do Trabalho no ano de 2004 para frear as contratações políticas na emissora.

A justificativa do magistrado foi que o governo teria “atentado contra à dignidade da justiça ao interpor um agravo de petição sem nenhum fundamento”, possivelmente para ganhar prazo. No comando da direção geral da emissora está Hugo Teixeira.

## LEGAL, PORÉM IMORAL



Reprodução da Internet

**Para Lacerda, R\$875 mil é café pequeno para o erário da PBH**

O prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda (PSB), atribuiu à “insegurança do transporte aéreo brasileiro de passageiros” e à falta de confiabilidade dos horários dos vôos comerciais, o fretamento de jatinhos particulares com uso de dinheiro público para realizar seus deslocamentos pelo país.

A imoralidade já virou alvo de uma ação pública movida pelo Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, Dr. Eduardo Nepomuceno, que pede a devolução de R\$875,9 mil gastos pela prefeitura com o aluguel de aeronaves para Lacerda entre fevereiro de 2009 e junho de 2011.

De acordo com o inquérito, que deu origem à ação, a prefeitura pagou no ano passado R\$29,9 mil para que Lacerda não enfrentasse filas e viajasse mais confortável em um jato particular à Brasília, para, por exemplo,

prestigiar a posse do amigo Robson Andrade na diretoria da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Outros R\$28,3 mil foram gastos para que participasse das comemorações do aniversário de um jornal, em São Paulo.

O prefeito justificou as viagens como importantes para manter contato com “lideranças do capitalismo brasileiro” e viabilizar parcerias para a cidade. Perguntado por que não optou por um vôo comercial diário, que sai às 17h02 com destino à capital paulista, a partir do Aeroporto da Pampulha, a poucos metros do hangar das empresas de táxi aéreo, Lacerda disse desconhecer o vôo.

A Procuradoria Geral do Município não viu ilegalidade alguma da contratação de jatinhos pelo prefeito. A nós, gente do povo, esperamos que o leitor na esqueça de Lacerda em 2012.



Reprodução da Internet

**Nepomuceno teme que a mania por aluguel de jatinhos vire moda em todos o país**

## HERANÇA MALDITA

Arquivo Ajosp



Criada e cunhada pelos vorazes marqueteiros do pt-lulismo a expressão “herança maldita” parece ter vindo para ficar. Nominal e insistentemente, insistente e merecidamente.

A princípio aplicada e limitada de modo duro e crítico, insistente e repetitivo

à administração FHC que nos presenteou com o fim da inflação galopante.

Agora já se estende aos oito perdulários anos de governo e do desgoverno de Lula e de sua trupe de tietes, amestrados e protegidos.

Indo além e ultrapassando a si própria, a famigerada e gananciosa “herança maldita” atingiu também o Ministério dos Transportes e o Dnit, órgãos que supostamente transportaram bilhões de reais dos cofres públicos para bolsos privados.

Herdeiros do presidente Lula, que os nomeou e prestigiou, em boa hora, defenestrados pela corajosa Presidenta Dilma em sua guerrilha contra a corrupção. Portanto, já se pode pluralizar falando em “heranças malditas”. Malditas para o erário e para o patrimônio público e benditas para os gatunos, ratos e larápios.

### FICHADOS MAS SANTIFICADOS

Sarney e Maluf, Renan e Genoio, Jucá, João Paulo e Mercadante, alguns fichados, todos limpinhos da silva. Danilo e Perrela, idem, idem, com a mesma data, santificados pela pureza e inocência.

E o que dizer do alegre e festivo Bolinha e de sua aliada e parente a censora e compradora Luluzinha? Nada, absolutamente nada, de jeito nenhum, nem agora, nem nunca. Evitando o cometimento de um choque de injustiças.

### MINISTRO DEDO-DURO

Em meados de 1968, o bravo ex-guerrilheiro e atual ministro Fernando Pimentel foi preso e torturado pelo ditatorial regime militar então vigente.

Após o advento da democracia tornou-se secretário municipal de Patrus e de Célio de Castro, vice-prefeito e depois prefeito municipal da capital mineira, eleito e reeleito com louvor pelos beleorizontinos.

Agora está sendo absurdamente acusado de ter sido o secreto informante da Presidenta Dilma, quanto a roubalheira que assolou a federal área dos transportes, denunciando a turma já devidamente despachada para o olho da rua.

E que se o fez, seria um sórdido dedo-duro.

A coluna discorda: se assim foi o Ministro Pimentel prestou um enorme e elogiável serviço ao nosso país. E ao jogar duro e pesada a Presidenta brilhou e acertou em cheio, agindo com frieza e com firmeza.

### PODER PODEROSÍSSIMO

Cabe ao Supremo Tribunal Federal, cada vez mais supremo e mais poderoso a privilegiada prerrogativa de interpretar a constituição Federal.

Mas não preciso explicar, eu só queria entender... o STF também dispõe de poderes para emendá-la e modificá-la, legislando aberta e frequentemente. Ou deve se limitar e se restringir a interpretá-la e nada mais, jamais alterá-la?

Até quando, desde quando e quem lhe conferiu tais poderes? E por que e para que tanto poder ao Supremo? Para justificar seu nome?

E aduzindo-se a isso as tais medidas provisórias, promulgadas em profusão, foca a pergunta que não quer calar: para que serve o Legislativo se não pode legislar?

Só para negociar votos e emendas?

### O OCASO DA FAMÍLIA

Vão me xingar, achincalhar e até ameaçar. Rotulando-me de preconceituoso, sem sequer distinguirem consolidados conceitos de superficiais preconceitos.

Como sou um homem, ser homofóbico seria não ter amor próprio... Portanto eu e todos os demais heterossexuais temos todo o incontestável direito de propagar nossa clássica e conservadora e tradicional opção familiar.

Como aliás faz a calada, sossegada e tranquila maioria absoluta do país e do mundo, que é heterossexual. Sem qualquer agitado “orgulho” e sem nenhuma agitada e fantasiada, ruidosa e espalhafatosa “parada”...

Mesmo porque sem a constitucional e evangélica ninguém mais nascerá. Nem os “gays”.

### PARTIDAS PERDIDAS

O brilhante técnico portenho Cezar Luiz Menotti, que sempre soube conduzir sabiamente a seleção argentina, levando-a à conquista da Copa do Mundo afirmava que bater um penalti sequer chegava a ser uma jogada por ser o mais singelo e primário dos movimentos futebolísticos.

E, portanto, quem a reduzida distância de apenas onze passos de um enorme gol chutava para fora, jamais entraria num time sob seu comando. Muito menos em sua seleção.

No Brasil, eterna e autoprotclamada terra dos reis do futebol supostos super-craques - e milionários, falham frequentemente no simples cumprimento dessa reles tarefa.

Perdendo pênalti e partidas. E partindo de volta para casa.

Sérgio Neves

## POR ONDE ANDAM: PATRUS, OLÍVIO E ALMINO ?

A Completa descrença da população na classe política brasileira nos fez lembrar e descobrir por onde andam os homens de virtudes, cujo os cofres nunca lhe caíram aos pés, e que ao entrarem para a vida pública fizeram história em nosso país, mas ainda fazem muita falta. Ex-vereador, ex-deputado federal, ex-prefeito de Belo Horizonte e ex-Ministro de Desenvolvimento Social e Combate a Fome do governo Lula, **Patrus Ananias** atualmente ocupa o cargo de Técnico de Pesquisa Legislativa da Assembléia Legislativa de Minas, onde prestou concurso público em 1982, e bate ponto diariamente das 08 as 18h. **Lição:** “O poder e o dinheiro não me compram”. “Costumo dizer que ensinar a pescar não nos impede de cumprir com o nosso dever de dar o peixe a quem está com fome. A pessoa com fome não vai aprender a pescar”.



Ex-prefeito de Porto Alegre, ex-deputado federal, ex-governador do Estado do R.G. do Sul e ex-Ministro das Cidades de Lula. Aposentado do Banco Banrisul, **Olívio Dutra** mora hoje num modesto apartamento na capital gaúcha e duas vezes na semana anda de ônibus, quando assiste as aulas de latim no Instituto de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Estado. **Lição:** “Essa coisa de cada um ter um automóvel é um despropósito, uma imposição da indústria automobilística, do consumismo, por isso, vou de carona ou de coletivo”. Sobre as polêmicas assessorias do ex-Ministro Palocci, emenda: “Tem muita gente com menos experiência que ganha muito dinheiro fazendo as tais assessorias. Mas não quero saber disso”.

Ex-deputado federal, ex-vice governador de SP e ex-ministro do trabalho de João Goulart e ex-secretário no governo de Franco Montoro, aos 83 anos e em plena atividade, **Almino Affonso** vive de uma pequena aposentadoria federal e mora num apartamento alugado no bairro Altos dos Pinheiros na capital paulista. Atualmente se dedica a proferir palestras sobre a reforma política e escrever artigos para jornais, e está finalizando seu aguardado livro sobre as memórias do Golpe Militar de 1964, com lançamento previsto ainda para este ano. **Lição:** “O que é a vida democrática? É o contraditório. É a proposta e o contraditório que se dá pelo debate. Quando se toma decisões sem debate, em nome de uma eficiência de governo, existe farsa. A falta do contraditório inibe a renovação de lideranças políticas, então, ficam os caudilhos”.



## DIRETOR DA AJOSP PARTICIPA DA COLETÂNEA POÉTICA "NÓS DA POESIA 2"

O jornalista e gestor cultural José Ênio foi convidado pelo Instituto Imersão Latina (IMEL) para participar do coletivo de poetas "Nós da Poesia". O lançamento foi em junho, no Palácio das Artes, em Belo Horizonte no projeto "Terças Poéticas" e o livro se intitula "Nós da Poesia - Volume 2".

A obra reúne mais de 40 autores de várias partes do Brasil e de outros países da América Latina. São 120 páginas da maior diversidade de estilos poéticos. No prefácio escrito por Brenda Marques, presidenta do IMEL, o livro é "uma polifonia, que se faz num coro harmônico diante da desarmonia do individualismo, que une um coletivo de poetas".

Ênio participa com cinco poemas, entre eles, "Quando a noite cai" que num trecho provoca o leitor a refletir sobre o sistema capitalista dentro do contexto humano. "Na calada da noite do operário devoram o seu salário e cai a cotação do homem". A coletânea será também lançada em outubro em Montividéu, no Uruguai, dentro do projeto "Jogos Florais".

O custo do livro é de R\$ 20,00 e está a venda na sede da AJOSP (Rua Espírito Santo, 1204, sl. 1203), no IMEL (Av. do Contorno, 4640, sl. 701, Savassi,



Fotos: Reprodução da Internet

*José Ênio durante lançamento do livro em SP. Próximo lançamento será em outubro, em Montividéu, no Uruguai.*



(31) 3227-6869) e pelo site (<http://nosdapoesia.blogspot.com>).

Quem compra colabora com atividades de incentivo à leitura

e à produção literária, realizadas pelo Instituto Imersão Latina e ainda conhece um pouco mais o universo poético latino-americano.